

Comissão especial ouve Fiúza amanhã

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) será ouvido amanhã por uma comissão especial da CPI do Orçamento. O sub-relator, deputado Roberto Rollemburg (PMDB-SP) quer esclarecer alguns pontos como o que ele chama de "limite de comprometimento jurídico e ético" em relação às denúncias de que o ex-ministro da Ação Social teria obtido um empréstimo privilegiado na Caixa Econômica Federal. Rollemburg também quer que Fiúza explique as suspeitas de que o Orçamento de 1992 teria sido alterado depois de sua aprovação em plenário. Nesse ano, Ricardo Fiúza substituiu o deputado João Alves na relatoria-geral.

Além de Rollemburg, um membro de cada uma das subcomissões e um representante da Mesa ouvirão o ex-ministro. "Ele pediu para ser ouvido no plenário, mas ao plenário ele não precisa ir", disse Rollemburg. Ele foi designado relator especificamente em relação aos quatro parlamentares pernambucanos suspeitos de envolvimento com a Máfia do Orçamento. Além de Fiúza, os deputados Sérgio Guerra, do PSB, José Carlos Vasconcellos, do

PRN e o senador Mansueto de Lavor, do PMDB. O sub-relator explicou que se os outros três pernambucanos desejarem, também poderão voltar a ser ouvidos.

Roberto Rollemburg disse que recebeu ontem à tarde o material relativo a Ricardo Fiúza, "sem conclusões". Ele não esclareceu se é verdadeira a notícia divulgada ontem de que o relator-geral, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) estaria disposto a pedir a cassação do ex-ministro.

Questão ética — A decisão do relator Roberto Magalhães de se afastar da relatoria dos processos dos pernambucanos envolvidos na Máfia do Orçamento, provocou ontem uma discussão ética e jurídica entre os membros da CPI da Máfia do Orçamento. Parlamentares como o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), argumentam que Magalhães demorou demais para considerar-se impedido de julgar companheiros e inimigos políticos de seu estado. Bisol foi juiz de direito durante 30 anos e explica que, no Código de Processo Penal, quando um juiz recebe um processo que tem como réu um parente ou um amigo íntimo, deve declarar-se sob sus-

peção antes de começar o processo, não quando este está na reta final.

Após 75 dias do início da CPI, Magalhães declarou-se impedido de relatar os pernambucanos depois que o deputado Fernando Lyra (PSB-PE) desafiou-o a propor a cassação do companheiro de partido Ricardo Fiúza (PFL-PE). "Isso tem de ser feito logo no início do processo, não perto de encerrar a instrução. Eu respeito a sensibilidade ética do relator, mas acho que ele não poderia abrir mão de parte do relatório agora", argumentou Bisol.

Até mesmo o deputado Roberto Rollemburg (PMDB-SP), concorda que foi impróprio o momento de renúncia do relator-geral e ele observa que o questionamento é mais ético do que jurídico, já que pelo regimento o relator pode ser substituído no todo ou parte, com a criação de sub-relatorias. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) defende Magalhães, argumentando que ele abriu mão da relatoria dos processos dos conterrâneos neste momento, porque foi provocado pela declaração de Lyra.